

A CONDIÇÃO DE ITABUNA ENQUANTO UMA CIDADE MÉDIA EM CONSTRUÇÃO NO SUL DA BAHIA

The condition of Itabuna as a medium-sized city under construction in southern Bahia

Gilmar Alves Trindade

Doutor em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, Brasil.

gatrindade@uesc.br

Recebido: 09/05/2025

Aceito: 17/10/2025

Resumo

Este trabalho compõe parte dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido entre 2023 e 2025, cujo objetivo basilar foi discutir a condição de Itabuna, importante centro regional no sul da Bahia, como uma cidade média em construção; na medida em que os equipamentos e serviços necessários ao comando da rede regional de relações encontram-se distribuídos em seu território e no território da vizinha cidade de Ilhéus, com a qual constitui uma aglomeração urbana, historicamente responsável pela gestão da cacauicultura no sul da Bahia. Metodologicamente, foi realizada pesquisa bibliográfica em torno da questão, levantamento de dados secundários em órgãos públicos e privados, representação cartográfica e representação da paisagem para auxiliar na compreensão do que se discutiu na análise. Os dados analisados e a comparação com outras cidades médias baianas e brasileiras levaram à conclusão de que Itabuna se constitui, efetivamente, em uma cidade média incompleta ou em processo de construção, apesar de seu caráter inquestionável de centro regional.

Palavras-Chave: Urbanização baiana, Cidades médias, Estrutura urbana, Influência regional.

Abstract

This work comprises part of the results of a research project developed between 2023 and 2025. The fundamental objective of this project was to discuss the condition of Itabuna, an important regional center in southern Bahia, as a medium-sized city undergoing transformation; to the extent that the equipment and services required to coordinate the regional network of relationships are distributed across its territory and that of the neighboring city of Ilhéus, with which it forms an urban agglomeration historically responsible for managing cocoa production in southern Bahia. Methodologically, a bibliographic review was conducted on the topic, along with the collection of secondary data from public and private institutions, cartographic representation, and landscape representation to assist in the understanding of what was discussed in the analysis. The data analyzed and the comparison with other medium-sized cities in Bahia and in Brazil led to the conclusion that Itabuna is effectively constituted as an incomplete medium-sized city or one still under construction, despite its unquestionable character as a regional center.

Keywords: Urbanization in Bahia, Medium-sized cities, Urban structure, Regional influence.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto tem o objetivo de discutir a condição de Itabuna, centro regional do Sul da Bahia, como uma cidade média em construção, na medida em que ainda apresenta alguns problemas de infraestrutura e de ausência em seu território de certos atributos que são indispensáveis ao pleno funcionamento de uma cidade média, como é o caso dos aeroportos. O fato de a cidade localizar-se a apenas 32 km de Ilhéus, com a qual constitui a forma espacial de uma aglomeração urbana, contribui para que os equipamentos públicos e privados requeridos pela região estejam distribuídos nos territórios das duas cidades.

Inicialmente, se promove uma breve discussão acerca do conceito de cidade média, utilizando-se de alguns autores que têm se debruçado sobre esse tema, nos últimos anos, como Amorim Filho e Serra (2001), Spósito (2007) e Corrêa (2007), dentre outros. No âmbito dessa discussão verifica-se que há grande dificuldade na definição do que seja uma cidade média, especialmente em um país como o Brasil, de grande diversidade regional e urbana; ao longo da análise foi possível chegar à conclusão de que existem cidades médias e cidades de médio porte, que se diferenciam entre si em forma e conteúdo, realizando diferentes níveis de influência regional, em volume, em fluxos e em escala.

O passo seguinte foi conduzir a análise para o caso específico do estado da Bahia, onde existe grande diversidade regional, desde o litoral ao extremo oeste de predomínio dos cerrados, passando pelo sertão semiárido e pelos domínios das chapadas no interior do território. Ao longo do processo espaço-temporal de produção do espaço baiano, diversas atividades produtivas foram introduzidas nos diferentes domínios morfoclimáticos, contribuindo para a configuração de diferentes regiões geográficas. A produção econômica associada à agricultura (cacau, soja, feijão, banana etc.), à pecuária (bovinos, caprinos, muares etc.), à silvicultura (eucalipto), à mineração, à pesca, ao comércio e aos serviços especializados conduziu a diferentes arranjos espaciais distribuídos, atualmente, nos vinte e sete territórios de identidade da Bahia; cada um deles possuindo um centro de influência regional, que tanto pode ser uma cidade média quanto uma cidade de médio porte.

Nesse contexto, portanto, é que a cidade de Itabuna passa a ser destacada, na medida em que se constitui, efetivamente, em um centro regional de grande expressão no

sul da Bahia, associado, historicamente, aos circuitos de produção de cacau, produzido em um vasto território situado entre as latitudes de 14° e 16° S, próximo ao litoral. Recentemente, a região produtora de cacau passou por significativas transformações, tanto internas quanto externas à cacaucultura, o que promoveu mudanças radicais na paisagem e na rede urbana regional.

A fim de melhor situar a condição de Itabuna enquanto um centro regional que assume funções próprias de uma cidade média buscamos compará-la com outra cidade baiana de forte expressão regional no sudoeste da Bahia; trata-se de Vitória da Conquista, uma cidade média de caráter inquestionável, com infraestrutura e atributos que a qualificam como tal. Alguns parâmetros foram utilizados para a comparação entre as duas cidades enquanto centros de influência regional, com destaque para o funcionamento das centrais de abastecimento. Ratificamos a necessidade de se discutir acerca dos papéis e das características das diferentes cidades que são centros regionais na Bahia e no Brasil; afinal, uma melhor definição sobre o que seja uma cidade média e uma cidade de médio porte pode ajudar na definição de políticas públicas e de alocação de recursos na escala regional, pois essas cidades desempenham funções de acordo com o seu porte, a sua infraestrutura, a sua pujança econômica e o conjunto de atributos disponíveis à rede de relações intrarregionais.

2. METODOLOGIA

Aqui apresento um recorte da metodologia proposta para a realização do trabalho mais amplo, pois este artigo traz apenas uma das seções do relatório de pesquisa acadêmica concluída no primeiro semestre de 2025, cujo tema geral buscou discutir o sentido de Itabuna, centro regional do sul da Bahia, na condição de cidade média incompleta, mapeando a diversidade de conteúdos de suas periferias urbanas.

Assim, nesta seção inicial do trabalho a metodologia consistiu em revisão de literatura acerca do conceito de cidade média, diferenciando-o, inclusive, de outros conceitos afins, como o de cidade de médio porte. Essa diferenciação foi necessária na medida em que se avançava na análise acerca dessa questão, considerando o caso específico do estado da Bahia, atualmente fragmentado em vinte e sete territórios de identidade. Foram coletados dados secundários nas páginas do IBGE e da SEI-BA, a fim de identificar esses territórios e as cidades que exercem a função de centros regionais em cada um deles. Feito isso, selecionamos duas cidades baianas de uma mesma região, o

sudoeste da Bahia, onde a condição de cidade média e de cidade de médio porte aparece objetivamente, trata-se de Vitória da Conquista e Jequié.

Em seguida buscamos inserir a cidade de Itabuna nesse contexto, com o objetivo de demonstrar que o levantamento dos equipamentos e serviços oferecidos por uma cidade média à sua região revelou que há certa defasagem nesta cidade, especialmente se comparamos com a situação de Vitória da Conquista; entre os equipamentos urbanos foi dada ênfase às centrais de abastecimento. Foram coletados dados nas Prefeituras Municipais de Itabuna e de Vitória da Conquista, e também nas centrais de abastecimento das duas cidades, fazendo uso de bloco-relatório para catalogação e descrição desses equipamentos, destacando a distribuição dos boxes, os produtos comercializados, setorialmente, e as condições de infra-estrutura e higiene dos mesmos. Os registros fotográficos da paisagem serviram para ilustrar, potencialmente, o que se discutiu a esse respeito; revelando, inclusive, situações inusitadas presenciadas nas visitas a campo, conforme apresentado no texto.

Finalmente, a representação cartográfica e a representação da paisagem urbana contaram também com o uso de um drone, com o intuito de captar algumas imagens verticais para se definir melhor a posição de alguns equipamentos no espaço urbano de Itabuna.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Cidade média: uma realidade socioespacial e um conceito em construção

O vigor das cidades médias depende muito mais de sua situação geográfica que de seu tamanho.

Oswaldo Amorim Filho e Rodrigo Serra, 2001.

As discussões mais recentes acerca da urbanização brasileira têm demonstrado a complexidade na definição do que seja uma cidade média, a tarefa exige bastante reflexão, especialmente quando consideramos: os níveis de diversidade do território; as determinações históricas ao longo de mais de cinco séculos de reprodução do seu espaço geográfico no contexto da periferia do capitalismo; as dimensões de um território gigantesco – para muitos, continental – com mais de 8.500.000 km²; as disparidades regionais traduzidas através de diferenciações de ordem política, econômica, social, cultural e ambiental; um processo de urbanização que até meados de 1960 densificou os espaços próximos ao litoral em detrimento dos demais espaços no interior do território; a ação do Estado – em todos os níveis de escala – como principal agente de planejamento

e gestão do uso do território; e os interesses do capital, que ao definir determinados territórios como de seu interesse, potencializa a diferenciação socioespacial, privilegiando algumas regiões em detrimento de outras tantas; afinal, “as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outros, ampliando as diferenças já existentes” (Corrêa, 1997, p. 280).

A definição do que seja uma cidade média é difícil já a partir da própria delimitação do que seja médio em um contexto socioespacial onde há várias possibilidades de definição do que seja uma pequena e uma grande cidade. Pequenas cidades podem se localizar em regiões onde predomina o rural tradicional ou podem estar inseridas em regiões economicamente dinâmicas de interesse do capital internacional; grandes cidades podem estar inseridas no circuito das redes e dos nexos técnico-informacionais globais de diferentes formas e densidades; além de grandes cidades geralmente se constituírem em espaços metropolitanos complexos com tendência a se espalharem por grandes áreas, conformando, em alguns casos, verdadeiras regiões urbanas, como é o caso de Rio de Janeiro-São Paulo (Lencioni, 2015). Portanto, no período atual, para referir-se a qualquer cidade, seja ela pequena, média ou grande, é imperativo que se acrescente boas adjetivações; serão elas que definirão, efetivamente, o sentido de cidade que se quer qualificar.

No caso das cidades médias, os elementos que mais frequentemente têm sido utilizados na sua definição são: as funções urbanas que exercem regionalmente, o contingente populacional e a estrutura intraurbana atrelada aos serviços oferecidos a uma hinterlândia que mantém com ela relações de interdependência assimétrica (Trindade, 2011, 2014).

A partir dos anos 1980 algumas transformações aconteceram em decorrência da ampliação dos vetores econômicos e dos circuitos produtivos relacionados ao agronegócio – é esse movimento que sinaliza o caminho em direção ao interior do Brasil, acompanhando os fluxos de capital associados aos negócios na agricultura, na pecuária e aos serviços próprios do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996b, 1999). A afirmação das cidades médias no Brasil como centros estratégicos de gestão do território está relacionada a esse contexto do último quartel do século XX.

Na avaliação de Corrêa (2007, p. 25) há várias dificuldades na conceituação de cidade média, especialmente aquelas relacionadas ao tamanho demográfico, que deve ser relativizado, pois, 100.000 habitantes têm sentido diferente quando se consideram,

por exemplo, o sertão da Bahia, o interior de São Paulo e a Amazônia, espaços que passaram por processos diferenciados de urbanização. O autor ainda lembra que “a cidade média deve ser pensada segundo uma dada escala espacial em relação à qual pode adquirir sentido” (idem, p. 26). Sendo assim, podemos questionar: Jequié, no Agreste baiano, é uma cidade média no sudoeste da Bahia, uma cidade média baiana, nordestina ou brasileira? Em todas essas escalas de análise ou apenas em uma dentre elas? Será que Jequié se encaixa perfeitamente no âmbito daqueles atributos que qualificam uma cidade média? Ou a cidade seria, efetivamente, o centro de sua região?

Há uma série de questionamentos que devemos fazer e responder e uma série de dados que precisamos analisar antes de definir um conceito qualificativo que melhor represente o papel regional que cada cidade desempenha; e compará-la com outros centros regionais mais completos, antes de aligeiramente classificá-la. Então, existe a necessidade de se construir uma base teórico-metodológica que seja mais consistente e que considere as especificidades regionais e a complexidade têmporo-espacial do território, especialmente ao tratar de estudos urbanos empreendidos no atual contexto de desenvolvimento da urbanização da sociedade.

Em um estudo recente sobre as cidades médias, tratadas como espaços em transição, Spósito chama a atenção para o fato de que na literatura sobre o tema, os termos cidade média e cidade de médio porte estão sendo empregados como se fossem sinônimos, por isso, a autora sugere algum cuidado quanto ao uso dessas expressões. Sob seu ponto de vista,

O cuidado refere-se à adoção da expressão “cidade média”, largamente utilizada na bibliografia brasileira para fazer referência às cidades que desempenham papéis de intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas “cidades de médio porte” cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos (Spósito, 2007, p. 9).

Somente estudos empíricos amparados na produção teórico-metodológica poderão esclarecer questões dessa natureza e evitar o uso equivocado dos conceitos. Os resultados desses estudos – no território baiano, inclusive – devem esclarecer mais objetivamente acerca da identificação e caracterização das cidades médias baianas, assim como, da definição daqueles centros urbanos que regionalmente devem ser considerados como cidades de médio porte. O mapeamento dessas informações pode desvendar aspectos relevantes sobre a rede urbana baiana, possibilitando a comparação com redes urbanas de outros estados e, finalmente, uma visão mais abrangente e integrada acerca da rede urbana na totalidade do território brasileiro.

No caso específico de Itabuna, centro econômico e financeiro do sul da Bahia, a questão é bem complexa, afinal, a cidade possui significativa relevância econômica e demográfica na região, concentrando equipamentos e serviços especializados requeridos pelas populações dos municípios do entorno (Figura 1); contudo, se localiza a 32 km de Ilhéus, centro urbano que possui porte econômico e demográfico semelhante em vários aspectos, e com o qual constitui uma forma espacial de aglomeração urbana (Trindade, 2011, 2014).



Figura 1 – Paisagem urbana de Itabuna: destacando o Centro principal, à margem esquerda do rio Cachoeira.

Fonte: Autor, 2025.

Na condição de aglomeração urbana, portanto, alguns equipamentos essenciais para o desempenho das funções de uma cidade média encontram-se distribuídos nos territórios das duas cidades, isoladamente, como *shopping Center*, aeroporto, retransmissoras de redes de TV e Centro de Convenções. Assim, temos duas cidades médias incompletas que desempenham funções que lhes permitem assumir a condição de centro regional e de destaque nos espaços baiano e brasileiro, enquanto centros de gestão do território na escala regional em que estão inseridas.

3.2. Territórios de identidade e centros de influência regional na Bahia

A urbanização da Bahia teve início no período colonial, acompanhando os ciclos de exploração econômica do território brasileiro para atender aos interesses da metrópole portuguesa. Inicialmente, entre os séculos XVI e XVIII, algumas áreas se destacaram em

virtude da concentração das atividades econômicas e da maior concentração demográfica, como Salvador e sua hinterlândia no Recôncavo baiano, as sedes das capitanias hereditárias de Ilhéus e Porto Seguro e seus entornos geográficos, no litoral; ao longo do século XIX e no início do século XX, alguns núcleos demográficos no interior do território – especialmente na Chapada Diamantina, no Agreste e Sertão baianos, como Feira de Santana e Vitória da Conquista. A ocupação do extremo-oeste, para além do rio São Francisco, só se efetivou a partir de meados do século XX, se consolidando nos anos 1980-90 em função do avanço do agronegócio nos cerrados brasileiros. A regionalização da Bahia em 27 diferentes territórios de identidade, recentemente, demonstra os diferentes arranjos produtivos e os adensamentos demográficos consolidados no espaço baiano ao longo do tempo (Figura 2).

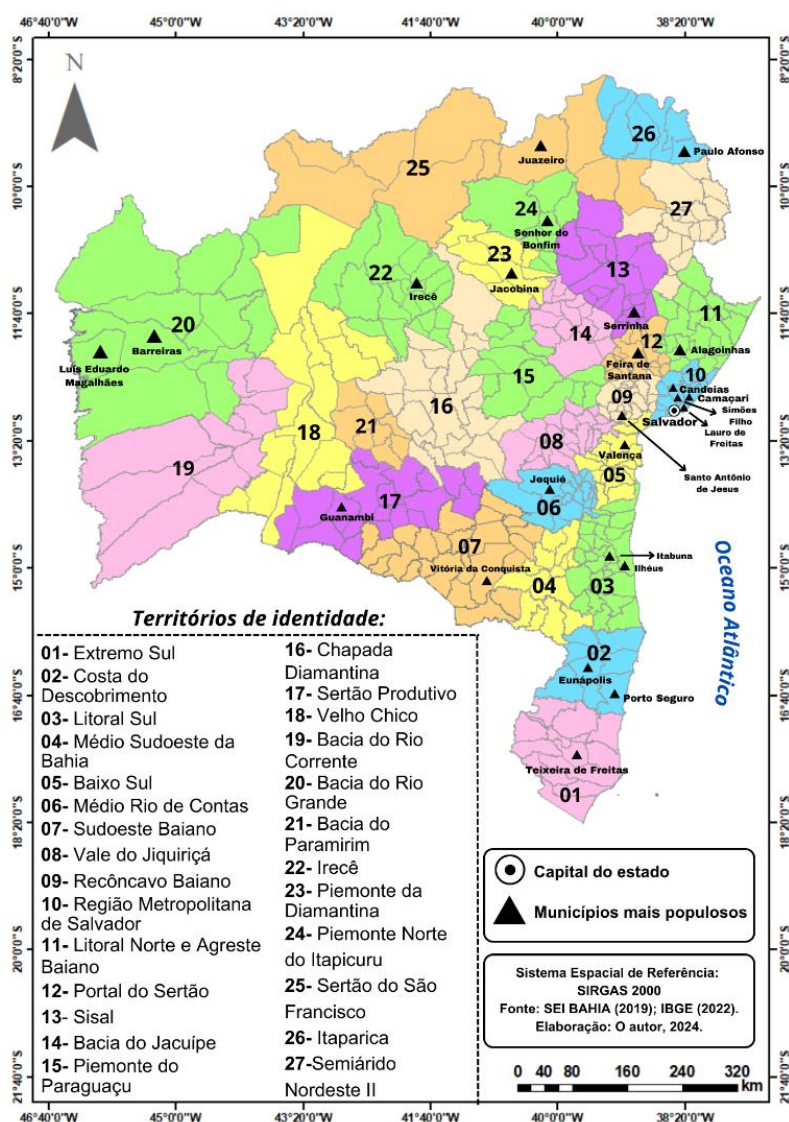


Figura 2 – Bahia: Territórios de Identidade e municípios mais populosos.

Fonte: SEI-BA, 2019; IBGE, 2022.

Elaboração: Autor.

O desenvolvimento econômico nas distintas regiões da Bahia conduziu ao crescimento de algumas cidades estrategicamente posicionadas no território, configurando os arranjos regionais existentes nos dias atuais. Dentre os 417 municípios baianos, muitos se destacam pelo caráter de centralidade exercida pela cidade-sede municipal sobre a rede urbana na região, em virtude de sua maior densidade econômica, demográfica e de infraestrutura (Tabela 1).

Tabela 1: Bahia: municípios mais populosos (2022).

	Município	Região/Território de Identidade	População Absoluta	Variação demográfica em relação a 2010 (%)
1	Salvador	R. M. de Salvador	2.417.678	- 9,63
2	Feira de Santana	Portal do Sertão	616.272	+10,71
3	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	370.879	+20,86
4	Camaçari	R. M. de Salvador	300.372	+23,30
5	Juazeiro	Sertão do São Francisco	237.821	+19,12
6	Lauro de Freitas	R. M. de Salvador	203.331	+24,40
7	Itabuna	Litoral Sul	186.708	-8,77
8	Ilhéus	Litoral Sul	178.649	-3,00
9	Porto Seguro	Costa do Descobrimento	168.326	+32,32
10	Barreiras	Bacia do Rio Grande	159.734	+16,24
11	Jequié	Médio Rio das Contas	158.813	+4,55
12	Alagoinhas	Litoral Norte e Agreste Baiano	151.055	+6,42
13	Teixeira de Freitas	Extremo Sul	145.216	+4,97
14	Simões Filho	R. M. de Salvador	114.559	-3,05
15	Eunápolis	Costa do Descobrimento	113.710	+13,49
16	Paulo Afonso	Itaparica	112.870	+4,13
17	Luís E. Magalhães	Bacia do Rio Grande	107.909	+79,53
18	S. Antonio de Jesus	Recôncavo	103.055	+13,27
19	Guanambi	Sertão Produtivo	87.817	+11,40
20	Valença	Baixo Sul	85.655	-3,40
21	Jacobina	Piemonte da Diamantina	82.590	+4,22
22	Serrinha	Sisal	80.435	+4,78
23	Irecê	Irecê	74.507	+12,58
24	Senhor do Bomfim	Piemonte Norte do Itapicuru	74.523	+0,10
25	Candeias	R. M. de Salvador	72.382	-12,96

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Com dados referentes ao Censo 2022.

Elaboração: Autor, 2024.

Evidentemente que os conteúdos dessas regiões são dinâmicos, se transformando ao longo do tempo de acordo com os diferentes usos produtivos do território, que se sucedem no bojo das articulações estabelecidas entre o capital e o Estado, agentes hegemônicos da/na produção do espaço.

Considerando que a população baiana recenseada em 2022 correspondeu a 14.141.626 habitantes, em 417 municípios, observamos que apenas nestes 25 municípios vivem 45,27% da população do estado, correspondente a 6.401.950 habitantes. Isso demonstra que o fator demográfico tem significativa expressão no conjunto dos atributos que qualificam os centros regionais; é preciso lembrar que no conjunto dos 417

municípios da Bahia, a maioria absoluta se constitui de municípios com populações entre 10.000 e 25.000 habitantes, onde pequenas cidades de expressão local coexistem no âmbito das relações de interdependência assimétrica com os centros regionais – dentre eles, algumas cidades médias de relevância extrarregional.

No âmbito desses 25 municípios mais populosos existe, evidentemente, grande diversidade de situações. Salvador se destaca isoladamente em função de seu papel como metrópole regional, sua primazia foi construída historicamente desde o período colonial e consolidada ao longo do século XX, quando uma série de equipamentos ligados à administração, à indústria, ao comércio e aos serviços foram instalados em seu território. Tal primazia urbana lhe permitiu polarizar os territórios situados em seu entorno imediato, espaços derivados da metrópole, onde, ao longo da segunda metade do século XX, muitos daqueles equipamentos foram instalados, como portos, indústrias e grandes empresas. Naquele espaço, as cidades foram se expandindo, crescendo demográfica e economicamente, passando a constituir os territórios da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Atualmente, são 13 os municípios dessa RM; observa-se, na tabela, que dentre eles, se destacam, demograficamente: Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho e Candeias (Souza, 2008; Lopes e Henrique, 2010).

Feira de Santana é a segunda cidade (e município) com maior contingente demográfico da Bahia; situada no Agreste baiano, já às portas do Sertão, Feira se destacou ao longo do tempo em função dos negócios relacionados à pecuária; além disso, conta com a relativa proximidade geográfica com Salvador, com a qual mantém conexão através da BR-324. Criada pela lei complementar estadual n. 35, de 6 de julho de 2011, a RM de Feira de Santana foi instituída com o conjunto dos territórios de seis municípios: Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. Portanto, oficialmente, trata-se de uma cidade metropolitana, que pode, simultaneamente, assumir o papel de cidade média naquela região do Portal do Sertão – e para além dela.

Há ainda aquelas três cidades de expressão regional que se destacam demograficamente, situadas nos extremos do território baiano. Ao Norte, temos Juazeiro, no Baixo Médio São Francisco, que conheceu significativo desenvolvimento econômico no âmbito dos perímetros irrigados do São Francisco, em solos do semiárido preparados tecnologicamente para a fruticultura. As atividades do campo modernizado estimularam a agroindústria e exigiram a instalação de equipamentos suportes para esta atividade, como agências financeiras, universidades e faculdades para abertura dos cursos técnicos

requeridos, ampliação das redes de comércio e serviços mais complexos, e incremento do setor imobiliário para construção de condomínios, conjuntos residenciais e imóveis para abrigar as atividades comerciais emergentes. Lembremos que o crescimento recente de Juazeiro se insere no contexto territorial de uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), articulada a Petrolina-PE, na margem esquerda do São Francisco. Os dados da tabela revelam o impressionante crescimento demográfico do município de Juazeiro nos últimos vinte anos, tornando-se, agora, o 5º município mais populoso da Bahia.

No Extremo-sul se destaca Teixeira de Freitas, cidade bem distante geograficamente de Salvador e localizada em um território vinculado aos circuitos produtivos do eucalipto, pode-se afirmar que se trata de uma região derivada da eucaliptocultura, desenvolvida já há algumas décadas ao norte do Espírito Santo; portanto, Teixeira de Freitas mantém conexões de diferentes tipos e níveis com este estado, desenvolvendo uma identidade socioterritorial que, em múltiplos aspectos, é mais capixaba que baiana.

No Extremo-oeste baiano o predomínio regional de Barreiras se amplia, articulado à expansão galopante do agronegócio nos cerrados brasileiros. Também no Oeste se instalaram territorialidades que constroem uma identidade regional bastante diversa do restante da Bahia, afinal, são produzidas por gaúchos e demais sulistas que migraram para a região a partir dos anos 1970-80, instalando fixos e redes no território que densificam as conexões para fora da Bahia, especialmente com Goiânia, Brasília e Porto Alegre; em muitos aspectos, tão ou mais importantes que as conexões com Salvador. O processo recente de modernização na região da Bacia do Rio Grande, onde Barreiras exerce a função de centralidade, deve ser analisado, simultaneamente, como de territorialização-desterritorialização, no contexto da ampliação do capital vinculada ao agronegócio dos grãos e outras atividades produtivas, mas, também, no contexto dos problemas socioambientais que se ampliaram no campo e nas cidades da região, reveladores das múltiplas faces da des-territorialização (Haesbaert, 1997).

Podemos definir que todas as cidades relacionadas na Tabela 1 são centros de sua região, entretanto, efetivamente, nem todas são cidades médias; são cidades de médio porte (como Eunápolis, Paulo Afonso, Guanambi, Santo Antônio de Jesus, Jequié etc.) ,que têm importância como centros de gestão do território naquela escala regional, como nós de redes urbanas regionais, centros econômicos e demográficos que se destacam no

espaço baiano; porém, não detêm o nível de complexidade entre fixos e fluxos como o encontrado nas cidades médias.

3.3. Referências a Vitória da Conquista a fim de tecer algumas comparações com Jequié e Itabuna

O predomínio regional de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, se construiu ao longo do processo histórico de ocupação e integração do território brasileiro. A altitude do relevo no Planalto de Conquista, em cotas entre 800 e 1100 m, dificultou a ocupação do espaço em tempos pretéritos, entretanto, a construção da rodovia BR-116 nos anos 1960, atravessando o território do município, projetou Vitória da Conquista a uma situação urbana extremamente privilegiada no território brasileiro, transformando-a no principal ponto de conexão entre o Centro-sul e o Nordeste do país. Na medida em que a cidade crescia impulsionada pela condição de entroncamento rodoviário dinâmico, aumentava a demanda por equipamentos públicos e privados requeridos pelas atividades econômicas em expansão ao longo dos anos 1970 e 80. Simultaneamente ao crescimento urbano, sua polarização se estendia por todo o sudoeste da Bahia e parte do norte de Minas Gerais.

Vitória da Conquista serve perfeitamente para elucidar o sentido do que o conceito de cidade média expressa, inclusive se comparada a um centro regional de médio porte, como é o caso de Jequié, também localizada no Sudoeste baiano. A densidade de atributos, equipamentos e serviços especializados em Vitória da Conquista é bastante superior a Jequié, o que resulta em fluxos e interações espaciais maiores com o entorno regional e com outras cidades de mesmo nível hierárquico, e mesmo com cidades hierarquicamente superiores, como as metrópoles nacionais e cidades mundiais. É possível estabelecer comparações entre as duas cidades através de dados os mais diversos, dos atributos mais banais aos mais complexos (Tabela 2).

Tabela 2: Vitória da Conquista x Jequié: alguns dados comparativos.

Cidade	Área Urbanizada (km²)	Hierarquia urbana (REGIC/IBGE)	Cursos de Graduação (UESB)	Cursos de Mestrado/ Doutorado (UESB)	PIB per capita Municipal (R\$)
Vitória da Conquista	77,51	Capital Regional – B	23	18	23.907,93
Jequié	31,27	Centro Subregional – A	17	10	20.325,74

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. <https://catalogo.uesb.br/cursos>.

Elaboração: Autor, 2024.

A área urbanizada, de imediato, já revela o maior adensamento do espaço construído em Conquista, mais que o dobro que Jequié, revelando uma mancha urbana que se estende em todas as direções ao longo das rodovias que atravessam a cidade; da mesma forma, o contingente populacional também é mais que o dobro na cidade média. A oferta de cursos de nível superior demonstra que há demanda para formação profissional em diferentes áreas, indicando a maior complexidade da vida social e econômica em determinado lugar ou região; nesse sentido, observa-se o predomínio do Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista. Ao se reportar às duas cidades no âmbito dos estudos do IBGE, tem-se que, hierarquicamente, Jequié encontra-se submetida a Vitória da Conquista, na medida em que esta cidade exerce a função de capital regional-B no Sudoeste da Bahia.

Essa região foi fragmentada para fins de gestão do governo estadual em três regiões menores (Territórios de identidade), cujas centralidades são exercidas por Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Verifica-se que, comparando os municípios polarizados por cada centro regional, temos que Vitória da Conquista exerce influência sobre 24 municípios do seu entorno regional imediato, ao passo que Jequié influencia diretamente 16 municípios da sua região (Quadro 1). Contudo, é preciso lembrar que o próprio município de Jequié e outros do seu entorno são submetidos hierarquicamente a Vitória da Conquista, centro regional por excelência de todo o Sudoeste baiano, especialmente quanto aos serviços mais especializados da saúde e educação, e mesmo quanto à oferta de produtos em maior quantidade e variedade do seu dinâmico comércio. Demograficamente falando, Vitória da Conquista é o 3º município (e cidade) com maior população na Bahia, superando mesmo a Aglomeração Itabuna-Ilhéus, pois, os dois municípios, conjuntamente, possuem 365.357 habitantes, enquanto Vitória da Conquista possui 370.879 moradores (IBGE, 2022).

Quadro 1: Vitória da Conquista x Jequié: municípios dos respectivos Territórios de Identidade.

Território de Identidade	
Vitória da Conquista	Médio Rio das Contas
Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié , Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã.

Elaboração: Autor, 2025.

Esses dados demonstram a influência regional mais abrangente de Vitória da Conquista se comparada a Jequié; observando que há também alguns municípios do norte de Minas Gerais, localizados mais próximos a Conquista, que mantêm fortes e constantes interações espaciais com esta cidade. Portanto, a maior complexidade de equipamentos urbanos, de serviços especializados e do comércio mais vigoroso contribui para consolidar a influência de Vitória da Conquista sobre uma vasta região, definindo o caráter inequívoco de uma cidade média, conforme discutido por Spósito (2007). A comparação entre essas duas cidades do sudoeste baiano é ilustrativa acerca das diferenciações que nos possibilitam pensar na cidade média (Conquista) e na cidade de médio porte (Jequié). Vale lembrar ainda que dois grandes equipamentos urbanos fundamentais para o predomínio regional e a ampliação dos fluxos da cidade média são disponíveis em Vitória da Conquista, e não existem em Jequié – aeroporto e *shopping center*.

3.4. As centrais de abastecimento no âmbito das interações cidade-região e campo-cidade

Há um equipamento urbano que é fundamental na consolidação da rede de relações construída pelas cidades que são centros de suas regiões, trata-se das Centrais de Abastecimento (CEASA), responsáveis pela ampliação dos fluxos de mercadorias provenientes da agricultura e pecuária, e sua comercialização em grandes e médias cidades, em função da demanda elevada de consumo nos centros demograficamente mais importantes em cada região. Considero que o dinamismo e a capacidade de atração de fluxos das CEASAS são condições que demonstram o vigor da cidade média na sua região de inserção, oferecendo mercadorias a uma ampla hinterlândia dela dependente, ampliando as interações de larga escala e a articulação entre o campo e a cidade na escala local.

A constituição pelo Governo Federal das Centrais de Abastecimento no Brasil data dos anos 1960, com instalação efetiva no início dos anos 1970. O crescimento populacional e as transformações significativas da urbanização brasileira naquele período exigiram essa ação governamental com o objetivo de melhorar o escoamento da produção agrícola e promover sua comercialização, especialmente nas principais capitais estaduais.

Atualmente, há uma grande rede de produção, circulação, distribuição e comercialização de produtos disponíveis nessas centrais de abastecimento, o destaque é

mesmo para os produtos agropecuários de um modo geral, como hortigranjeiros, carnes, flores, bebidas e comidas, contudo, é cada vez mais frequente a diversificação do que se comercializa nesses espaços, inclusive produtos industrializados os mais variados.

A criação das centrais de abastecimento definiu novas relações entre empresas já estabelecidas e dessas com seus clientes; é fato que a instalação das Ceasas pode ser incluída na categoria de novas formas de estruturação do comércio atacadista/varejista de hortigranjeiros¹, especialmente, por ter fracionado mercados altamente oligopolizados (Azevedo *et al.*, 2017); o que possibilitou a articulação entre pequenos, médios e grandes produtores e consumidores os mais diversos, desde o consumidor varejista individual aos proprietários de supermercados ou “sacolões”, que buscam nas Ceasas os produtos que abastecem seus estabelecimentos.

A comercialização dos produtos nas Ceasas acontece em unidades comerciais do tipo boxes, módulos e galpões, geralmente bem estruturados e vistoriados pelos órgãos municipais/estaduais responsáveis pelo controle e organização dos espaços destinados à venda dos diversos produtos. Afinal, a higiene e a boa estrutura são fatores que atraem os consumidores, principalmente em se tratando de produtos destinados a alimentação. A CEASA de Vitória da Conquista costuma ser referência regional em se tratando de um espaço onde essas condições são, frequentemente, encontradas (Figuras 3 e 4).



Figura 3 – CEASA Vitória da Conquista: boxes de comercialização de frutas.

Fonte: <https://www.pmvc.ba.gov.br>.

¹ Hortigranjeiro ou Hortifrutigranjeiro? - No âmbito da ciência agrônoma, entende-se por horticultura não apenas o cultivo das hortaliças – como o nome pode sugerir, embora este especificamente se denomine olericultura – mas, também, o cultivo das fruteiras, das plantas ornamentais e das ervas medicinais. Portanto, o “horti” refere-se a frutas e hortaliças e o “granjeiro” a ovos, aves e pequenos animais. Desta forma, o correto é hortigranjeiro (Brasil, 2008, p. 6).



Figura 4 – CEASA Vitória da Conquista: espaço de estacionamento.

Fonte: <https://www.pmvc.ba.gov.br>.

De fato, a CEASA Vitória da Conquista oferece uma grande diversidade e um grande volume de produtos à população local e aos municípios do sudoeste baiano e parte do norte mineiro, tendo se transformado mesmo em uma espécie de atrativo turístico da cidade, para onde muitos moradores conduzem as suas visitas para adquirir produtos que são típicos daquela região do sertão baiano, como queijos, doces e compotas (principalmente derivados do leite), biscoitos de polvilho e frutas da região, como umbu, manga e seriguela. Os boxes destinados a cada tipo de produto são organizados por setores, por territórios, para facilitar a identificação para os forasteiros; tudo geralmente muito bem apresentado, demonstrando a articulação entre os comerciantes e a gestão pública municipal quanto a manutenção daquele equipamento de expressão regional.

Já em Itabuna, no sul da Bahia, o equipamento correspondente a uma CEASA é designado como Centro Comercial de Itabuna. O seu surgimento deu-se no início dos anos 1970, segundo disposição do Decreto oficial 2686, assinado pelo então prefeito, Simão Lecht Fiterman, em sete de dezembro de 1972. Na realidade, o equipamento foi pensado para substituir a feira principal do município, que àquela época funcionava justamente no centro da cidade, contígua à Praça Adami.

Os anos 1960/70 representaram a consolidação do predomínio regional de Itabuna, sua afirmação enquanto centro comercial e financeiro da região cacauífera, o que requeria a instalação de equipamentos urbanos no centro da cidade, para atender a essa demanda urbano-regional crescente. Assim, o movimento frenético de fluxos relacionados a uma

grande feira livre, atrapalhava, de certa forma, às demandas associadas ao comércio de um modo geral, e ao comércio de exportação de cacau, particularmente. Portanto, é esse contexto socioespacial que conduz à construção do Centro Comercial de Itabuna, na condição de feira livre regional, instalado na região centro-oeste da cidade, nas proximidades da estação rodoviária (Figura 5).

A estrutura interna do equipamento contempla um galpão central, onde se comercializam flores e frutas, principalmente, e centenas de boxes dispostos de forma concêntrica no entorno daquele galpão; a oferta de produtos é variada, desde verduras e hortigranjeiros a bebidas, roupas, cama/mesa/banho, plásticos e embalagens de um modo geral, cereais, produtos eletrônicos, carnes e seus derivados, entre outros. A comercialização não se restringe aos boxes e galpões, mas também acontece em barracas de madeira dispostas desorganizadamente no espaço, e mesmo em lonas espalhadas no chão (Figura 6).



Figura 5 – Centro Comercial de Itabuna: galpão central (flores e frutas).

Fonte: Autor, 2025.



Figura 6 – Centro Comercial de Itabuna: boxes e barracas para venda de carnes.

Fonte: Autor, 2025.

A administração do espaço é feita por uma associação privada chamada Condomínio Centro Comercial de Itabuna, para a qual os comerciantes se reportam quanto à organização e ao funcionamento das atividades relacionadas a cada boxe e ao conjunto dos estabelecimentos, e quanto à infraestrutura requerida para a comercialização dos diversos produtos. A Prefeitura Municipal participa daquelas demandas relacionadas ao espaço urbano de um modo geral, como a limpeza pública; e a Polícia Militar, que possui um módulo no local, atua no âmbito das demandas por segurança e acompanhamento dos conflitos que emergem diariamente ali; afinal, no entorno do Centro Comercial de Itabuna funcionam os territórios do tráfico de drogas e da prostituição, visíveis abertamente na paisagem urbana daquele local, a qualquer hora do dia ou da noite. O movimento frenético de usuários e traficantes de entorpecentes é patente para todos; frequentemente, se observa homens e mulheres sentados na porta de boxes, nas áreas menos movimentadas, fazendo uso das drogas, explicitamente. Tudo isso acontecendo em meio aos comerciantes que trabalham e aos consumidores que se dirigem ao Centro Comercial para suas compras (Figuras 7 e 8).



Figura 7 – Centro Comercial de Itabuna: boxes para venda de frutas.
Fonte: Autor, 2025.



Figura 8 – Centro Comercial de Itabuna: boxes para venda de cereais, legumes, bares etc.
Fonte: Autor, 2025.

O contraste entre a infraestrutura e as condições de salubridade das centrais de abastecimento de Vitória da Conquista e de Itabuna é muito grande. De fato, as condições de higiene desse equipamento na cidade de Itabuna são muito precárias, muito aquém do tipo de organização e de serviço que esses centros devem oferecer aos consumidores

locais e regionais. A cidade média deve construir as condições requeridas para atender às demandas da população regional para a qual é o centro de referência; o grande fluxo de pessoas que diariamente faz uso desse espaço exige que a administração pública e privada ofereça um bom serviço, o que inclui a infraestrutura adequada ao comércio daqueles produtos e as condições de higiene, mobilidade e segurança indispensáveis para os consumidores que por ali circulam. Nesse aspecto, também, Vitória da Conquista está bem mais adequada que Itabuna; apesar de a Prefeitura Municipal desta cidade ter feito alguns esforços, recentemente, em relação ao fomento às atividades no campo, buscando ampliar as ações para atender às demandas do meio rural, afinal, a articulação efetiva entre o campo e a cidade se constitui em um dos atributos que define a pujança de uma cidade média (Quadro 2).

Quadro 2: Ações da Prefeitura Municipal de Itabuna de fomento às atividades no campo.

Ações	Objetivos
Edital de Chamada pública para agricultores familiares e pequenos produtores do município. (03/04/2025)	Credenciamento destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para Grupos Informais e Formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, interessados em fornecer gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para os alunos das unidades escolares do município, com recursos do FNDE/PNAE.
Entrega de calcário para pequenos produtores e agricultores familiares do município. (25/03/2025).	Promover a melhoria da qualidade do solo e garantir uma produção mais eficiente para os pequenos produtores do município, que receberam gratuitamente da Prefeitura de Itabuna 500 kg de sementes de milho, 300 kg feijão e 1.680 pacotes de 17 tipos de sementes de hortigranjeiros. Cerca de 6 toneladas de calcário foram distribuídas entre três associações: Associação Grapiúna dos Agricultores Familiares (AGRAFAM), Associação do Assentamento Alemita e Associação Comunitária de Pequenos Agricultores e Aquicultores da Roça do Povo e Adjacentes (ACOPAAD).
Repasso aos agricultores familiares de 14 associações rurais do município, de mais de 20 mil mudas de cacau e 80 mil alevinos, em parceria com o Instituto Biofábrica de Cacau e a Bahia Pesca, vinculada à secretaria estadual da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. (20/03/2025)	Substituir cacauzeiros velhos, improdutivos e que não têm mais condições de oferecer renda às famílias dos pequenos agricultores, por mais de 20 mil mudas de clones de cacau de alta produtividade e resistente à doenças.
Curso de capacitação destinado aos pequenos agricultores. (18/03/2025).	Fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento do pequeno produtor, buscando, especialmente, aprimorar as técnicas agrícolas de produção e cultivo das bananas, além de promover a melhoria da produtividade nas propriedades rurais dos agricultores familiares.
Entrega de 500 kg de sementes de milho, 300 kg feijão e 1.680 pacotes de 17 tipos de sementes de hortigranjeiros para representantes de 14 associações de agricultores familiares. (18/03/2025).	O projeto visa à oferta de feijão, milho e produtos como tomates, cenoura, quiabo, beterraba, couve, alface, rúcula, etc., e frutíferas como maracujá para consumo próprio e comercialização do excedente, principalmente no mês de junho durante os festejos juninos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Itabuna, 2025.

Finalmente, podemos pensar nessas três importantes cidades baianas (Vitória da Conquista, Jequié e Itabuna) como centros de suas regiões, contudo, cada uma exercendo influência de acordo com a densidade de equipamentos e serviços disponíveis para a reprodução da rede regional de relações. Essa densidade tende a se ampliar em todas elas, guardando a devida proporção do volume requerido pelos agentes econômicos e pelo Estado, que selecionam o território para alocação ou ampliação dos recursos que acabam por definir a maior ou menor capacidade de polarização que uma cidade exerce numa dada região.

No caso específico dessas três cidades podemos pensar em defini-las, conceitualmente, de acordo com seu perfil urbano-regional, que tem a ver com as funções que exercem na região, com os atributos que possuem internamente (equipamentos e serviços) e com a rede de relações que mantêm com a própria região e com outros lugares do país e do mundo. Assim, é possível afirmar que Vitória da Conquista pode ser considerada como uma cidade média; Jequié, em um nível hierárquico menor, seria uma cidade de médio porte; já Itabuna, muito em função de sua condição – junto a Ilhéus – de aglomeração urbana², pode ser classificada como uma cidade média em construção ou mesmo uma cidade média incompleta.

4. CONCLUSÃO

A urbanização brasileira conheceu significativas transformações, recentemente, dentre as quais se destaca o aumento do número de cidades médias como centros de gestão do território em diversas regiões do interior do país. Essas cidades são nós de redes urbanas regionais responsáveis pelo dinamismo econômico local, em decorrência do volume e da qualidade dos equipamentos nela instalados, a fim de atender à demanda requerida pelos municípios com os quais mantêm fortes conexões.

No caso do estado da Bahia são inúmeros os centros regionais distribuídos nos 27 territórios de identidade, que guardam entre si grande diversidade e particularidade de conteúdos; desde regiões onde predominam a agricultura familiar e a pecuária, a regiões

² O caráter de complementaridade envolvendo Itabuna e Ilhéus, cidades do litoral sul da Bahia que se desenvolveram em função de uma atividade produtiva comum, a cacauicultura, e a proximidade geográfica contribuíram para a instalação de fixos em ambos os territórios. Esses fixos engendraram um conjunto de atributos indispensáveis ao desenvolvimento do espaço regional, além de ampliarem os fluxos responsáveis pela produção de uma aglomeração urbana com tendência à metropolização. Os equipamentos e serviços concentrados nas duas cidades territorialmente em processo acelerado de conurbação permitem que exerçam polarização sobre um espaço regional constituído por mais de 30 municípios, dependentes dos serviços e do comércio atacadista e varejista concentrados nas duas cidades. Os fluxos e equipamentos cada vez mais densos ao longo da Rodovia Jorge Amado, que conecta as duas cidades, consolidam a sua condição de aglomeração urbana (Trindade, 2014).

voltadas aos circuitos produtivos do agronegócio, mais conectadas à economia global. Há ainda regiões onde o dinamismo econômico está vinculado ao turismo, à silvicultura, à mineração e à pluriatividade. Em cada uma dessas regiões circulam fluxos mais densos ou menos densos, de acordo, evidentemente, à modalidade de atividade produtiva dominante e às redes regionais, nacionais e mundiais com as quais mantêm conexão.

A análise demonstrou que é grande a diversidade de atributos existentes nos centros de gestão regional na Bahia, o que confere a cada uma dessas cidades diferentes condições de exercerem a influência regional; tanto em função dos atributos que possuem instalados nos seus territórios quanto em decorrência das demandas requeridas naqueles espaços regionais. Dessa forma, para cada uma das situações específicas temos diferentes níveis de cidades exercendo a função de centros regionais, os quais podem ser definidos por qualificações específicas como cidades médias, cidades de médio porte e mesmo cidades médias incompletas.

No Sul da Bahia temos o predomínio regional de Ilhéus-Itabuna, influência historicamente construída ao longo do século XX, em função da cacauicultura; as duas cidades são complementares – mas, ao mesmo tempo, competem entre si – e constituem, atualmente, a forma espacial de uma aglomeração urbana que exerce polarização sobre mais de 40 municípios do entorno regional. A proximidade geográfica entre elas faz com que os equipamentos urbanos requeridos pela região estejam distribuídos em ambos os territórios.

Nesse sentido, a condição individual de Itabuna na região se dá no contexto dessa situação geográfica. Trata-se de um centro regional de importância inquestionável, com ênfase para as atividades financeiras e empresariais; sua condição de entroncamento rodoviário atrai grande demanda regional para o consumo no seu comércio, inclusive no *shopping Center*, o único do sul da Bahia. Entretanto, a cidade não possui aeroporto, equipamento fundamental para o pleno funcionamento de uma cidade média. O aeroporto regional está instalado em Ilhéus. Além disso, as políticas locais de fomento às atividades no campo ainda não integram, efetivamente, o espaço urbano ao rural, atendendo apenas pontualmente a determinadas demandas do campo.

A análise comparativa feita entre Vitória da Conquista e Itabuna, destacando principalmente o funcionamento das centrais de abastecimento nas duas cidades, demonstrou que Conquista está bem melhor preparada para atender às demandas de sua região de influência no sudoeste da Bahia, enquanto as condições de infraestrutura e de funcionamento desse equipamento na cidade de Itabuna estão bem aquém do que é

necessário para o pleno atendimento das demandas regionais no sul da Bahia. Portanto, quando analisamos os principais aspectos relacionados aos atributos necessários para qualificarmos um centro regional enquanto uma cidade média, chegamos à conclusão de que a cidade de Itabuna deve ser classificada como uma cidade média em construção – ou mesmo uma cidade média incompleta.

Acredito que trabalhos futuros precisam ampliar e aprofundar esse debate em relação aos centros regionais na totalidade do espaço baiano; inclusive para se evitar a banalização do uso do conceito de cidade média. Afinal, há atributos de infraestrutura, fluxos e conexões que muitos centros regionais não dispõem, exercendo uma influência regional em uma escala menor e menos complexa do que aquela exercida por uma cidade média, de fato, como é o caso de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

AZEVEDO, M. C.; SPERANCINI, J. H. B. S.; PINOCHET, L. H. C.; MANDELLI, I. A. M. Inovação em logística para pequenos produtores agrícolas. **Revista de Empreendedorismo, negócios e inovação**, v. 2, n. 2, p. 76-91, 2017.

BRASIL. **Breve História do sistema de Ceasas no Brasil (1960-2007)**. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2008. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**: Niterói: EDUFF, 1997. 277p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGECidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 mar. 2024.

_____. **Censo demográfico**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista e-metropolis**, n. 22, p. 6-15, 2015.

LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 208p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 2025. Disponível em: <https://itabuna.ba.gov.br/category/agricultura/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. A melhoria nas feiras públicas de Conquista. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/feirantes-destacam-organizacao-e-melhorias-nas-feiras-publicas-de-conquista/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996a. 176p.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996b. 176p.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1999. 392p.

SOUZA, E. J. C. **Políticas territoriais do estado da Bahia**: regionalização e planejamento. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 9-20.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Mapoteca digital – Mapas regionais. Disponível em: <https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/sites/#/seigeo/pages/mapas>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TRINDADE, G. A. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus**: cidade, região e rede urbana. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

_____. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus**: rede urbana regional e interações espaciais. Ilhéus: EDITUS, 2014. 256p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Catálogo de Cursos**. Disponível em: <https://catalogo.uesb.br/cursos>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Recebido: 09/05/2025

Aceito: 17/10/2025